

2022 Embates / Rememorações / Comemorações¹

Cibele Saliba Rizek

RIZEK, Cibele Saliba. 2022 Embates/ Rememorações/ Comemorações. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 14-25, dez. 2022

Cibele Saliba RIZEK é Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

Para a realização da Exposição Internacional do Centenário foram construídos, além das duas portas monumentais, uma série de palácios e pavilhões, tanto nacionais quanto estrangeiros, bem como pavilhões particulares e de serviços. Prédios já existentes, como o antigo Arsenal de Guerra e parte do Mercado Municipal, foram aproveitados após sofrerem adaptações. Ao todo, perto de 50 edificações surgiram nesse contexto, do suntuoso palácio ao simples quiosque, o que transforma o evento, por si só, em uma grande mostra de arquitetura a apontar tendências e gostos, a revelar profissionais e suas produções, a provocar intervenções urbanas, como é característico nas Exposições Universais.2022 Embates/ Rememorações/ Comemorações

2022 – que ano! 200 anos da independência e 100 anos da semana de arte moderna, as eleições mais importantes em décadas, indeterminações, incertezas. Nesse ano tenso e cheio de densidades inusitadas me propus a pensar esse datas e comemorações a partir de algumas perguntas: o que e como comemoramos. Essa pergunta tem a ver com o lugar que ocupamos – nós todos – no interior da universidade pública brasileira e no meu caso, da maior e mais significativa universidade pública paulista. Cabe aqui também, a partir das redes e contatos, das interlocuções com outras universidades, mencionar que aprendi a provincializar tanto meu estado de origem – São Paulo quanto minha universidade de origem – a USP. De qualquer modo, comemorar e rememorar esses marcos a partir de novos pontos de vista e interlocuções parece ter relação estreita com uma contínua reinvenção do passado pelo presente, com uma reinvenção das perguntas que fazemos ao passado e suas interpretações – tanto as canônicas quanto as que flutuam ao sabor de cada nova questão colocada por uma conjunção também inédita ou vista e vivida como inédita.

¹ Esse texto nasceu de um convite para inaugurar o ano letivo de 2022 do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Agradeço sobretudo à Paola Berenstein Jacques pela iniciativa. Agradeço também ao então reitor da UFBA, Professor João Carlos Salles, pela presença e acolhida gentilíssimas.



Então minha proposta é a de fazer um passeio por leituras e releituras desse passado – passado nunca estanque – sempre recolocado ao sabor das perguntas fincadas no presente

Nosso passeio começa com dois poemas/ canções que se entrelaçam à história e às questões que presidiram nossa formação e que, ao mesmo tempo, homenageiam pela voz de uma de suas intérpretes as mulheres, pretos e mulheres pretas em seus destinos historicamente marcados pela exploração, pela desigualdade de gênero e raça, pela barbárie que entrelaçou num mesmo sistema colonial a exploração do trabalho, o patriarcado, o racismo estrutural

Coração do mar
É terra que ninguém conhece
Permanece ao largo
E contém o próprio mundo
Como hospedeiro
Tem por nome se eu tivesse um amor

Tem por bandeira um pedaço de sangue
Onde flui a correnteza do canal do manguê
Por sentinelas equipagens, estrelas
Taifeiros madrugadas e escolas de samba
É um navio humano quente, negreiro do manguê
É um navio humano quente, guerreiro do manguê²

² Ver <https://www.youtube.com/watch?v=weHQM71szk> com a interpretação de Elza Soares do Poema de Oswald de Andrade

Flores horizontais
Flores da vida
Flores brancas de papel
Da vida rubra de bordel
Flores da vida
Afogadas nas janelas do luar
Carbonizadas de remédios, tapas, pontapés
Escuras flores puras, putas
Suicidas, sentimentais
Flores horizontais
Que rezais?
Com Deus me deito
Com Deus me levanto³

³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=pnloIbqr0nk>

Essas letras/poemas foram escritas por uma figura bastante central nas tramas de 1922. Trata-se de Oswald de Andrade – em suas relações com Tarsila, Pagu, Mario de Andrade e muitos outros. Entre os vários manifestos, livros, quadros e poemas o que podemos entrever é uma discussão sobre o país discussão muitas vezes interrompida mas jamais concluída, já que o passado brasileiro e suas leituras estão em

disputa, sendo permanentemente retomados como objeto de interrogação. Essa discussão sobre nosso passado, sobre como o estado nação brasileiro foi formado contrapõe projetos de país – projetos que se abrem continuamente incorporando novas camadas de tensão, novas leituras do longo processo de formação, novas e desafiadoras versões do que foi e é essa porção territorial do planeta onde se fala predominantemente português, parcela lusófona a que chamamos de Brasil.

A discussão sobre o passado e a formação do país é também uma discussão a respeito da cultura, da memória, da produção artística, - ou seja, dos projetos e políticas de cultura – elas também continuamente em disputa. Nessa discussão compõem o processo de formação do Brasil a partir de algumas das leituras que discutem seus traços constitutivos, seus processos históricos de constituição. O que interessa sobretudo é entender que toda uma pauta de reflexão e pesquisa ganha corpo a partir dessas tramas que presidiram nossa formação. As questões, assim, seriam mais importantes que as respostas: a partir de uma inquietação bastante importante nos dias que vivemos se desenham as perguntas sobre como se relacionam passado (formação) e presente de um país governado por processos que puseram em marcha a destruição de nações indígenas, a destituição dos direitos de maiorias (como as mulheres) e de minorias, a destruição de quilombos, a morte de jovens pretos, pobres e periféricos, a ameaça constante contra o resgate e as formas de reparação da maioria dos grupos que compõem sua população.

Em livro nem tão recente mas muito interessante, sobretudo nos dias que correm e sobretudo diante de suas pautas de pesquisa e de embates, um livro cheio de questões que constituem e atravessam identidades e minorias nessa porção do planeta que chamamos de Brasil, podemos encontrar uma espécie de mapa dos seus males de nascença, inscritos nos racismos, nas formas patriarcais, nos modos de exploração do trabalho. Trata-se do livro de Luis F. Alencastro que aponta de modo inegável e inquestionável a centralidade do tráfico negreiro na formação do Estado nação brasileiro. Esse tráfico identificado pela palavra trato compõe um conjunto de cenas historicamente importantes em que,

a colonização portuguesa, fundada no escravismo deu lugar a um espaço econômico bipolar, (polarizado e dividido) englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona – do outro lado do Atlântico sul - de reprodução de es-

⁴³ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.09;127

cravos centrada em continente africano. Desde o final do século XVI surge um espaço ateritorial, um arquipélago lusófono composto pelos enclaves da América Portuguesa e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desse arquipélago surge o Brasil do século XVIII. Essas 2 partes unidas pelo Oceano se completam num só sistema de exploração colonial. A singularidade desse sistema marca ainda o Brasil contemporâneo.⁴

Assim, no espaço do Atlântico Sul a gênese do império brasileira entrelaçada à história da América portuguesa tomaram corpo. Os condicionantes atlânticos e africanos – distintos dos vínculos europeus só desaparecem do horizonte do país após o término do tráfico negreiro e a ruptura da matriz espacial (de natureza) colonial, na 2ª metade do século XIX. Esses condicionantes atlânticos marcam a originalidade da formação histórica brasileira.

Isso quer dizer então que a introdução de africanos, (que foi combinada à interdição *ma non tropo* do) cativo indígena, “permite que a metrópole portuguesa comande “por um tempo as operações que se situam antes e depois da constituição do processo produtivo americano (situadas a montante e a jusante do processo produtivo americano). Os colonos recorreriam à Metrópole para exportar suas mercadorias, mas também para importar seus fatores de produção – os escravizados. Esse fenômeno configura os rumos da presença lusitana no espaço do Atlântico Sul”

Assim, a reprodução da produção colonial o tráfico negreiro é “a alavanca do império do ocidente e se incorpora ao arsenal político metropolitano.” Isso quer dizer que o exercício do poder imperial metropolitano no Atlântico e as trocas entre o Reino e as colônias se equacionava pelo tráfico negreiro”. Assim, “o comércio de escravizados não é um traço entre outros, já que foi ele que modificou de modo contraditório o sistema colonial”. Alencastro nos mostra que os interesses em torno do tráfico eram luso brasileiros desde o século XVII e eles se cristalizaram tanto nas áreas escravistas sul americanas quanto nos portos africanos de embarque dos escravizados.

Para tomar apenas um exemplo: no século XVIII havia uma vinculação direta do Brasil à África ocidental, já que “só 15% dos navios negreiros eram portugueses. Todos os outros levavam mercadorias produzidas na América portuguesa e traziam populações escravizadas. Os escravos, mercadorias vivas ... tinham que chegar logo aos portos brasileiros”. Desenhavam-se assim as grandes linhas que colocaram o trato dos viventes, o tráfico negreiro (que não se reduz ao comér-

cio de escravos) como eixo que articula a economia, a demografia, a sociedade e a política da América Portuguesa. Havia, então, desde o século XVII uma “co-gestão portuguesa e brasílica” no espaço econômico do Atlântico Sul. Isso perduraria até 1850 (e não 1822 ou 1808 – menos radical do que se afirma oficialmente). Essa foi a data do fim do tráfico, da substituição de um cativo do trabalho por um cativo da terra na expressão de José de Souza Martins.⁵ A escravidão e a paulatina substituição nas lavouras de exportação do trabalho escravo pelo trabalho de imigrantes de origem europeia e depois asiática mostra como a história do trabalho no Brasil nasceu marcada pela pilhagem e pelo comércio numa longuíssima duração, fundada na violência e na produção forçada do consentimento. Essa história não foi interrompida nem pela instalação do império português a partir de 1808 nem pela independência em 1822 feita em torno de um pacto que manteve tráfico negreiro e escravidão, no avesso dos horizontes republicanos.

⁴ José de S. Martins. *O cativo da Terra*. Editora Contexto São Paulo, 2010 – 9ª. Edição

Nessa mesma medida é preciso reconhecer que houve um projeto de formação de Estado nação vitorioso, ainda que outros projetos que despontavam aqui e ali permanecessem submersos voltando à tona de tempos em tempos.

Se 1822 – a independência e suas versões oficiais – parecem não ter merecido uma comemoração mais efusiva do ponto de vista da manutenção da escravidão e do tráfico, 1922 e 2022 parecem nos obrigar – ainda e com muito vigor – a lembrar violências e consentimentos forçados, ao mesmo tempo em que essas duas datas podem apontar também para outros projetos, para uma disputa sobre o passado e seus sentidos, disputas que talvez ainda possam vir a comprometer sua continuidade, sua duração. Algumas dessas disputas se anunciavam na semana de 22 que ocorreu em São Paulo e esteve enredada em embates e conflitos que marcariam as leituras sobre o Brasil, sobre a cultura e a produção artística, sobre o enredo e os embates do segundo século de independência que comemoraremos nesse ano diante de novas tramas e, de novo, da possibilidade de interromper desta vez de modo mais permanente – como esperamos – uma longa duração de violências.

Fez parte das comemorações dos cem anos de independência a semana de Arte Moderna de 1922, comemoração que se configurou como o que José Miguel Wisnik chamou de **cenar de modernismo explícito** que tiveram como ator e palco a cidade de São Paulo, onde se fundiam e se contrapunham ao mesmo

tempo a mão pesada das oligarquias, das classes dominantes, donas da produção de café e da produção industrial, com as cenas de multidões de imigrantes, de trabalhadores que cruzavam fábricas e bairros e que já estavam politicamente organizados como demonstrou a greve de 2017. O ritmo da cidade, suas multidões e fluxos eram o resultado de um crescimento vertiginoso a reboque de interesses privados e da especulação imobiliária.

O autor dos versos que Elza Soares cantou nas canções que ouvimos Oswald de Andrade – era filho dessas classes dominantes e membro ativo da semana de 1922 – era assim um dos autores dessas cenas de modernismo explícito da semana de Arte moderna que comemorava e provocava a memória da independência e seus projetos de país.

Autor de livros como “Memórias Sentimentais de João Miramar” (1924) e em “Serafim Ponte Grande” (1933) Oswald é, de acordo com Wisnik, “uma espécie de perfeita tradução da cidade como “avesso do avesso”, um exemplo claro de vínculo familiar com as oligarquias que trairia sua condição de classe em meio a uma paisagem urbana cujo clima era o de um permanente hibridismo entre muitas vozes. “Lugar de metamorfoses e de sínteses improváveis, São Paulo era um acontecimento que tal como alguns autores anunciavam ancorava uma sensibilidade exposta e acelerada cheia de exaltação e repleta de choques traumáticos.”⁶

⁶ J.M Wisnik *Semana de 22 ainda diz muito sobre a grandeza e a barbárie do Brasil de hoje*. Folha de São Paulo 12/02/22. G. Simmel – As grandes cidades e a vida do espírito in <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKp-cwWj/?lang=pt> acesso novembro de 2022

Essa cidade na periferia do capitalismo crescia a taxas inacreditáveis: tinha cerca de 20 mil habitantes em 1872, 60 mil em 1890, quase 600 mil em 1922 e 1 milhão em 1930. E isso colocava a disputa permanente entre um “passado conservador estreito da província, limitado e ancorado nas suas oligarquias e nos seus hábitos” e um futuro galopante “que se abria a situações cada vez mais complexas”. São Paulo e a semana de arte moderna são ambos enigma, fricção e choque – duas dimensões que comparecem em autores como Simmel e Benjamin, mas também em Mario de Andrade e tantos autores e pensadores brasileiros. Essas dimensões apareceram na semana de Arte Moderna que trouxe em meio a um conjunto nada desprezível de disputas a quebra de padrões estéticos de representação realista da natureza, a quebra da poesia metrificada, da consonância tonal quebras e rupturas que marcariam as linguagens artísticas do século XX. O arco das questões do movimento modernista ampliou -se, dos anos 1920 aos 1940, abrindo-se às interpretações do Brasil, à pesquisa e ao engajamento social, ao mesmo tempo que se abriam suas rachadu-

ras internas e suas fraturas políticas. Então é isso a semana de Arte Moderna foi uma arena importante de conflitos e tensões, algumas jamais resolvidas, outras que permanecem intactas, que permanecem como tensões sem resolução.-

Quando avaliava criticamente a Semana 20 anos depois, Mário de Andrade que participou ativamente do movimento mostrava que foi a oligarquia cafeeira — aristocrática e já decadente — que deu suporte material ao movimento. Queriam acompanhar as transformações do mundo provenientes da 2ª Revolução Industrial e se diferenciar de uma burguesia vista como arrivista e endinheirada tal como descrita por alguns poemas como a Ode ao burguês”, onde aparece a expressão “a digestão bem feita de São Paulo”, em Paulicéia Desvairada.

Reconheciam-se assim as bases de classe do movimento assim como suas conquistas, a atualização das artes, uma certa estabilidade das instituições sempre difícil, sempre problemática. Curiosa associação: o que um Mario de Andrade defendia era exatamente o que hoje, sob o governo do capitão e de sua fratria, aos quais se somam os centrões de sempre, está sob ataque permanente, sob ameaça de desmantelamento feroz. Talvez seja possível então pensar no atual governo do país e na sua concretização, como aponta Wisnik, como “corrosão antimoderna dos valores intelectuais e dos símbolos artísticos acumulados durante esses cem anos”. Talvez por isso a Semana de Arte Moderna tenha se tornado uma referência histórica, um marco na vida brasileira do século XX, na medida em que ao mesmo tempo foi apoiada e sustentada por uma classe profanando e desafiando o edifício de sua cultura e *modus vivendi* tradicional. Ao mesmo tempo, já nos seus celebrados cinquentenário – sesquicentenário da independência – no período mais sombrio dos anos de chumbo da ditadura militar tenha recebido uma camada oficial de institucionalização e consagração, acomodando-se perfeitamente ao que alguns de seus protagonistas tinham se posto em marcha para combater. Consagração de um lado, profanação de outro (Uso aqui a palavra profano no sentido que lhe dá Agamben, profano é o que é “livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens. Mas o uso aqui não aparece como algo natural; aliás, só se tem acesso ao mesmo através de uma profanação. Entre “usar” e “profanar” parece haver uma relação especial, que é importante esclarecer.”⁷

⁷ In G. Agamben *Profanações*, Boitempo São Paulo, p.58

“O que havia de apropriação oficial e mumificante do ideário da Semana, em 1972, vinha justamente da articulação de remanescentes ligados às correntes ufanistas do verdamarelismo e da anta, isto é, Menotti del Picchia (que odiava Oswald, visceralmente) e Cassiano Ricardo, ainda vivos àquela altura e vendo na ocasião política uma oportunidade para recuperar o prestígio que a obra deles nunca teve.” Wisnik

A semana de Arte Moderna de 22 – como um dos momentos do passado, comemorada e profanada - foi e continuou sendo uma arena de projetos e de conflitos entre as imagens que nunca atingimos e, ao mesmo tempo, nunca superamos. Continuamente reivindicada por campos ideológicos opostos, cultuada e apedrejada, se transforma e pauta de debates e de matérias de jornais, que nem sempre se dispuseram a recuperar suas promessas. Uma delas – esse Brasil afro indígena que hibridiza tradições orais nas **matrizes do pensamento selvagem, transmutando perspectivas pela incorporação e devoração** antropofágica, como queria Oswald de Andrade).(Citação Viveiros de Castro apud PBJacques, pensamento selvagem p. 373) viraria uma arma de combate contra um país que mata jovens pretos e pobres, assola e arrasa terras indígenas, desmata e destrói florestas pelas chamas.

Em 1937, Oswald foi convidado pela Frente Negra Brasileira a discursar em uma cerimônia de homenagem a Castro Alves, que se realizou no *Theatro Municipal*. Apenas dois outros brancos, além dele, foram chamados ao palco.

Em seu discurso —feito no tom solene na dicção das arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco,—, Oswald lembra Zumbi dos Palmares e afirma que os negros “são a vanguarda dos que pedem a justiça social”. Convoca uma aliança afro-indígena com os “humilhados dos três continentes”, “irmãdos pela má alimentação e pela péssima moradia, pela doença e pela falta de escola” —“brancos, amarelos e índios” organizando-se “sob as bandeiras heterogêneas mas unidas da democracia”. Ressalta que cabe aos negros o protagonismo nessa luta, pois são eles que vieram do fundo tenebroso do navio negreiro e que fazem parte da “população mesclada do outro navio de escravos” que é a própria sociedade brasileira, na qual arcam com “as fornalhas do trabalho e os duros serviços da tripulação”. Suas marcas de nobreza, arrancadas “do tronco infame, das cadeias e do chicote”, dão à população negra, diz ele, “direitos enormes”. Em suma, faz a afirmação da dimensão racial da luta política.

A canção “Coração do Mar”, que Wisnik musicou e Elza Soares cantou, faz parte da peça (Mistérios Gozozos/ O santeiro do Mangue). Foi escrita por Oswald de Andrade identificando “a crise da posição patriarcal no mundo contemporâneo” e, com isso, abrindo “o caminho da utopia de uma vida humana que se afirma para além do poder da mercadoria, dos interesses privados, “à altura do seu destino” “à espera serena da devoração do planeta pelo imperativo cósmico sem precipitá-la em nome do lucro e sem abdicar da alegria”⁸. Também é preciso mencionar que tanto as concepções dos povos originais quanto a antropologia brasileira contemporânea compartilham as mesmas posições.⁹

Ao contrário do horror da morte de um Moïse apedregado, na contramão dos horrores do racismo estrutural, talvez seja necessário ainda ouvir muitas vezes as palavras de Oswald e por meio delas rememorar a herança da semana de arte moderna de 1922: antevisão alucinada e sintomática, como só a poesia poderia fazer, dizendo nas linhas e nas entrelinhas aquilo que os programas explícitos não dizem. Com Wisnik, é ainda preciso rememorar para além de 2022 e dos 100 anos da semana de Arte Moderna, que houve entre outros tantos assassinatos, aquele que matou Moïse Mugenyi Kabagambe. Essa baixa antropofagia parece evidenciar que esse Brasil que se desvela nas exortações do sete de setembro em Brasília, nesse mesmo ano de 2022 é a “mais triste nação/ Na época mais pobre/ Compõe-se de [...] / Grupos de linchadores”, como diz a canção de Caetano Veloso (“O Cu do Mundo”).

Por uma ironia cruel, alegórica e quase surrealista, como apontava ainda Wisnik, o quiosque em que Moïse foi morto se chama Tropicália, o que nos remete certamente a Caetano, e Oiticica, mas sobretudo a Oswald nas encruzilhadas entre formas de dominação e lutas por transformação. Trata-se então de transformar o horror em combate contra a normalização do inadmissível, numa aposta de redenção – talvez sempre frágil e incompleta – que poderá ter lugar a partir do primeiro dia de 2023. No limiar dessa disputa, no final desses 12 meses de rememorações e embates, talvez seja mais uma vez o caso de comemorar, com Oswald de Andrade, um Castro Alves que anteviu em toda sua potência a construção desse arquipélago lusófono que vincularia para sempre Brasil e Angola.

“Que as Vozes d’África tragam para as vozes livres da América o tumulto de sua queixa secular. Que engrossem com o tom grave das suas amarguras, o vigor cada vez mais humano, dos requisitos da justiça social. A grande missão que vos compete, negros, é ba-

⁸ Tal como afirmaria um Ailton Krenak, citado por Wisnik

⁹ Ver especialmente VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O perspectivismo é a retomada da antropofagia oswaldiana em novos termos. In: SZTUTMAN, Renato (Org.). Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. Ver também P. B. Jacques O Pensamento Selvagem. Editora da UFBA 2021

luarte de conquistas práticas à vossa liberdade teórica. Vossa cor se dilui no infinito cortejo de humilhados dos três continentes. Ao vosso lado irmanados pela má alimentação e pela péssima moradia, pela doença e pela falta de escola, se organizam sob as bandeiras heterogêneas mas unidas da democracia, milhões de homens brancos, amarelos e índios. Formai com eles, pois vós sois os que trazeis na vossa carga de direitos um som de correntes arrastadas. Vindes do fundo lóbrego do Navio Negreiro. E hoje fazeis parte da população mesclada de outro navio de escravos. Sois a vanguarda dos que pedem a justiça social, dos que exigem o acalento da liberdade, dos que querem trabalho, honra e cultura. A vossa heráldica, feita do tronco infame, das cadeias e do chicote, vos dá direitos enormes (...) E recusai, como o Zumbi, com o preço da própria vida, o clima infernal de qualquer escravidão. Que vossas forças, negros, desemboquem no porvir. Ao poeta falta a massa para que seus grandiosos pleitos se consolidem e se cumpram. É desse fermento ligado à vossa consistência, que se fazem as transformações do mundo. (De um discurso pronunciado em 1937, perante a Frente Negra Brasileira). 14.3.39 (in Obras Completas x Telefonema, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976. Pp 56/57)

Nesse clima dos longínquos anos 30, na mesma cidade tensa e múltipla, nascia a Universidade de São Paulo, a partir de um conjunto de iniciativas dos mesmos oligarcas que patrocinaram e apoiaram a Semana de Arte Moderna em 1922. Essa universidade que se originava de um projeto de classe, uma universidade voltada para a formação dos quadros dirigentes da classe dominante obedecia a uma vocação no mínimo colada aos interesses que se queriam politicamente hegemônicos. Sob o comando do Jornal O Estado de São Paulo que pertencia a membros dessa classe dominante – a oligarquia cafeeira e industrial paulista, a USP nascia de uma pesquisa que se chamou Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo. Essa pesquisa e a proposta da Universidade afirmavam e consolidavam uma inequívoca aproximação entre classes e acesso à educação: Massas apenas alfabetizadas, elites dirigentes norteadoras do projeto educacional do Estado destinadas ao ensino universitário e classes médias que faziam a divulgação da cultura universitária pelo que se chamava então ensino secundário. Não há como negar que a USP assim como as universidades públicas brasileiras, nasceu desse projeto intelectual e político de classe, combinando inspirações liberais à brasileira com a aceitação da presença do Estado transformado pela chamada “Revolução de 30”.¹⁰

¹⁰ Ver Irene de A. Ribeiro Cardoso. *A Universidade da Comunhão Paulista*. Cortez editores, São Paulo, 1982

Não podemos subestimar, é claro, as marcas de nas-
cença da Universidade, tampouco de seu primeiro
projeto – liberal à brasileira, economicamente liberal e
politicamente autoritário. As determinações de origem
ainda estão presentes nas hierarquias, na ossatura
burocrática, nos centros de poder e em parte das con-
cepções que organizaram a Universidade de São Paulo
e a universidade pública brasileira.....Mas origem não
é determinação absoluta e de polo organizador de um
saber que deveria servir e formar as classes dirigentes
as universidades – foram se transmutando em objetos
de muita luta e muita conquista que apontaram e de-
senharam centros de compreensão e produção de um
saber que se sabe comprometido e crítico. Essas uni-
versidades em disputa ganham centralidade porque
se assentam na articulação entre ensino, pesquisa e
extensão e porque abrigam e estimulam com muito
esforço dos corpos de alunos, professores e técnicos
um processo rico e intenso de debate, de crítica, de
excelência. Não se conformaram e tampouco se cur-
varam diante da disputa que levou ao poder a parce-
la de uma direita que saiu do armário pra anunciar,
divulgar e consolidar suas posições anti intelectuais,
anti científicas, produtoras de destruição e morte de
populações indígenas e quilombolas, em nome de uma
pauta moral tacanha, em nome dos “homens de bem”
que defendem a tortura como instrumento político e
consideram que bandido bom é bandido morto. Em
tempos sombrios parcelas inteiras da vida acadêmi-
ca pôde e de fato operou como antídoto contra uma
racionalidade neoliberal, espetacularizada e financei-
rizada que produz a vida cotidiana como uma espécie
prolongada de espaços de vigilância, controle e mor-
te, explorando o vale tudo, o jogo, o cancelamento e
a banalidade publicizada.

Nossas universidades se transformaram assim em um
instrumento de luta que reinventa a igualdade onde e
quando ela parece improvável, ancorando conquistas
que não queremos reverter. Vamos – todos nós, pro-
fessores, estudantes, pessoal técnico administrativo
lentamente cumprindo nosso destino, o destino que
nós nos atribuímos, destino de profanações dos pro-
jetos de origem do país e de seus centros de ensino e
pesquisa. Esse destino que estamos desenhando sem
linearidade parece ser o de democratizar o acesso aos
cursos universitários, democratizar sua excelência, lu-
tando por um país como queriam os mestres moder-
nos, lindamente antropofágico, em que os horizontes
da cidadania e dos direitos possam se estender para
o direito a ter direitos, o direito à moradia, o direito
à educação pública democrática, inclusiva, gratuita e
de qualidade para todos, o direito a uma vida sem

privações, o direito a preservar suas populações originárias, o direito de sermos quem somos, cada um de nós. Essa possibilidade de permanente reinvenção da igualdade em respeito à toda diferença, desenha um horizonte que nos coloca a todos de um lado das disputas que tentei descrever.